República Federativa do Brasil

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

ANO XLV — Nº 47 QUINTA-FEIRA, 14 DE JUNHO DE 1990 BRASÍLIA — DF

CONGRESSO NACIONAL

SUMÁRIO

1 — ATA DA 48ª SESSÃO CONJUNTA, EM 13 DE JUNHO DE 1990

1.1 — ABERTURA

1.2 — EXPEDIENTE

1.2.1 — Discursos do Expediente

DEPUTADO EDUARDO JORGE — Proposta alternativa dos engenheiros ferroviários, para a redução de despesas na RFFSA, em São Paulo, sem demissões de pessoal.

DEPUTADO RUY NEDEL — Agilidade da Comissão Mista de Orçamento na aprovação de suplementação orçamentária. Apelo ao Poder Executivo no sentido da efetivação da aplicação dos recursos orçamentários, nos diversos setores do País.

DEPUTADO JOSÉ GENOÍNO — Apelo à Presidência no sentido da constituição de uma comissão destinada à elaboração de novo regimento comum do Congresso Nacional.

O SR. PRESIDENTE — Breve apresentação ao Plenário de projeto de alteração do Regimento Comum, em elaboração pela Mesa do Congresso Nacional.

DEPUTADO PAULO PAIM — Isenção de culpa do PT na retirada da pauta do plano de carreira dos funcionários da Câmara. Gestões do Partido dos Trabalhadores junto ao Colégio de Líderes, objetivando assegurar aos trabalhadores reposição salarial medida pelo IPC.

DEPUTADO ALOÍSIO VASCONCELOS — Repúdio à nota do **Jornal do Brasil** de hoje, sobre **trem da alegria** que estaria para ocorrer no Parlamento Nacional.

DEPUTADO BOCAYUVA CUNHA — Reunião da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, que apura a crise financeira da Petrobrás.

O SR. PRESIDENTE — Inveridicidade de notícia do **Jornal do Brasil** de hoje, no tocante ao Senado Federal, objeto do discurso do Sr. Aloísio Vasconcelos, feito na presente sessão.

DEPUTADO LUIZ HENRIQUE — Refutando, como 1º Secretário da Câmara dos Deputados, notícia veiculada no **Jornal do Brasil** de hoje, sobre possível **trem da alegria** que estaria para acontecer na Câmara dos Deputados.

DEPUTADO BRANDÃO MONTEIRO, como Líder — Solidariedade do PDT às colocações feitas anteriormente pelo Sr. Luiz Henrique, em defesa da Câmara dos Deputados, atacada na edição de hoje do **Jornal do Brasil.** Projeto de resolução, em tramitação no Senado Federal, criando o **Diário do Congresso Nacional,** a ser veiculado no rádio e na televisão. Demissões de funcionários no Banco do Brasil.

1.2.2 — Comunicação da Liderança do PFL no Senado

— Substituição de membro da Comissão Mista de Orçamento.

1.3 — ORDEM DO DIA

Medida Provisória nº 186, de 23 de maio de 1990, que estabelece as hipóteses nas quais fica suspensa a concessão de medidas liminares. (Apreciação preliminar da admissibilidade quanto aos aspectos de relevância e urgência). **Votação adiada** por falta de **quorum.**

1.3.1 — Comunicação da Presidência

Convocação de Sessão Conjunta a realizar-se terça-feira, dia 19, às 18 horas e 30 minutos.

1.4 — ENCERRAMENTO

Ata da 48ª Sessão Conjunta, em 13 de junho de 1990

4ª Sessão Legislativa Ordinária, da 48ª Legislatura

Presidência do Sr. Nelson Carneiro

ÀS 10 HORAS E 30 MINUTOS, ACHAM-SE PRESENTES OS SRS. SENADORES:

Mário Maia — Nabor Júnior — Carlos De' Carli — João Menezes — Almir Gabriel — Carlos Patrocínio — João Castelo — Alexandre Costa — João Lobo — Chagas Rodrigues — Afonso Sancho — Mauro Benevides — Carlos Alberto — Lavoisier Maia — Marco Maciel — Ney Maranhão — Mansueto de Lavor — João Lyra — Francisco Rollemberg — Lourival Baptista — Jutahy Magalhães — Ruy Bacelar — João Calmon — Afonso Arinos — Jamil Haddad — Nelson Carneiro — Ronan Tito — Severo Gomes — Mário Covas — Irapuan Costa Junior — Pompeu de Sousa — Maurício Corrêa — Meira Filho — Roberto Campos — Mendes Canale — Affonso Camargo — Jorge Bornhausen — Alberto Hoffmann — José Fogaça.

EXPEDIENTE
CENTRO GRÁFICO DO SENADO FEDERAL

PASSOS PÔRTO
Diretor-Geral do Senado Federal
AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor Executivo
CESAR AUGUSTO JOSÉ DE SOUZA
Diretor Administrativo
LUIZ CARLOS DE BASTOS
Diretor Industrial
FLORIAN AUGUSTO COUTINHO MADRUGA
Diretor Adjunto

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL
Impresso sob a responsabilidade da Mesa do Senado Federal

ASSINATURAS

Semestral ..... Cr$ 1.069,00

Tiragem 2 200-exemplares.

E OS SRS DEPUTADOS

Acre

Amilcar de Queiroz — PDS; José Melo — PMDB; Nosser Almeida — PDS; Omar Sabino — PDS.

Amazonas

Antar Albuquerque — PTR, Carrel Benevides — PTB; Sadie Hauache — PFL.

Rondônia

Arnaldo Martins — PSDB; Rita Furtado — PFL.

Pará

Ademir Andrade — PSB; Paulo Roberto — PL.

Tocantins

Edmundo Galdino — PSDB; Eduardo Siqueira Campos — PDC; Freire Júnior — PRN; Leomar Quintanilha — PDC; Moisés Avelino — PMDB; Paulo Sidnei — PMDB

Maranhão

Enoc Vieira — PFL; Eurico Ribeiro — PRN; Onofre Corrêa— PMDB.

Piauí

Jesualdo Cavalcanti — PFL; José Luiz Maia — PDS; Manuel Domingos — PC do B; Paes Landim — PFL

Ceará

Gidel Dantas — PDC; Haroldo Sanford — PMDB; José Lins — PFL; Mauro Sampaio — PSDB; Moema São Thiago — PSDB; Raimundo Bezerra — PMDB; Ubiratan Aguair — PMDB.

Rio Grande do Norte

Antônio Câmara — PRN; Iberê Ferreira — PFL.

Paraíba

Aluízio Campos — PMDB; Evaldo Gonçalves — PFL, Francisco Rolim — PSC.

Pernambuco

Artur Lima Cavalcanti — PDT, Egídio Ferreira Lima — PSDB; Horácio Ferraz — PFL; Inocêncio Oliveira — PFL; Maurílio Ferreira Lima — PMDB; Nilson Gibson — PMDB; Roberto Freire — PCB; Salatiel Carvalho — PFL.

Alagoas

Albérico Cordeiro — PFL; Antonio Ferreira — PFL; Eduardo Bomfim — PC do B.

Bahia

Carlos Sant'Anna — PMDB; Domingos Leonelli — PSB; Fernando Santana — PCB; Francisco Benjamim — PFL; João Alves — PFL; Jorge Hage — PDT; Jorge Vianna — PMDB; José Lourenço — PDS, Lídice da Mata — PC do B; Marcelo Cordeiro — PMDB; Miraldo Gomes — PDC.

Rio de Janeiro

Daso Coimbra — PRN; Doutel de Andrade — PDT; José Luiz de Sá — PL; Miro Teixeira — PDT; Nelson Sabrá — PRN; Roberto Augusto — PTB; Sandra Cavalcanti — PFL; Vivaldo Barbosa — PDT.

Minas Gerais

Aloísio Vasconcelos — PMDB; Alysson Paulinelli — PFL; Carlos Mosconi — PSDB; Célio de Castro — PSDB; Chico Humberto — PST; Elias Murad — PSDB; Israel Pinheiro — PRS; João Paulo — PT; José da Conceição — PRS; Luiz Alberto Rodrigues — PMDB; Maurício Campos — PL; Mello Reis — PRS; Octávio Elísio — PSDB; Roberto Brant — PRS; Sérgio Werneck — PL.

São Paulo

Adhemar de Barros Filho — PRP; Afif Domingos — PL; Del Bosco Amaral — PMDB; Dirce Tutu Quadros — PMDB; Eduardo Jorge — PT; Farabulini Júnior — PTB; Fernando Gasparian — PMDB; Florestan Fernandes — PT; Geraldo Alckimin Filho — PSDB; Jayme Paliarin — PTB; João Herman Neto — PSB; José Carlos Grecco — PSDB, José Genoíno — PT; Koyu Iha — PSDB; Leonel Julio — PC do B; Manoel Moreira — PMDB; Michel Temer — PMDB; Nelson Seixas — PSDB; Sólon Borges dos Reis — PTB; Ulysses Guimarães — PMDB.

Goiás

Antonio de Jesus — PMDB; Jalles Fontoura — PFL; José Gomes — PRN; Maguito Vilela — PMDB; Rooberto Balestra — PDC.

Distrito Federal

Augusto Carvalho — PCB; Jofran Frejat — PFL; Valmir Campelo — PTB.

Mato Grosso

Joaquim Sucena — PTB; Jonas Pinheiro — PFL.

Mato Grosso do Sul

José Elias — PTB; Valter Pereira — PMDB.

Paraná

Antônio Ueno — PFL; Euclides Scalco — PSDB; Matheus Iensen — PTB, Maurício Nasser — PTB; Nelton Friedrich — PDT

Santa Catarina

Alexandre Puzyna — PMDB; Eduardo Moreira — PMDB; Luiz Henrique — PMDB; Orlando Pacheco — PFL; Paulo Macarini — PMDB; Victor Fontona — PFL; Walmor de Luca — PMDB.

Rio Grande do Sul

Adroaldo Streck — PSDB; Adylson Motta — PDS; Arnaldo Prieto — PFL; Floriceno Paixão — PDT; Hermes Zaneti — PSDB; Luiz Roberto Ponte — PMDB; Paulo Mincarone — PTB; Paulo Paim —PT; Ruy Nedel — PSDB; Victor Faccioni — PDS.

Amapá

Annibal Barcellos — PFL; Eraldo Trindade — PFL; Geovani Borges — PRN, Raquel Capiberibe — PSB.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — As listas de presença acusam o comparecimento de 39 Srs. Senadores e 139 Srs. Deputados.

Há número regimental.

Declaro aberta a sessão.

Há oradores inscritos para o período de Breves Comunicações.

Concedo a palavra ao nobre Deputado Eduardo Jorge.

O SR. EDUARDO JORGE (PT — SP. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srªs e Srs. Congressistas, neste momento, quero pedir o registro de um documento elaborado pelos engenheiros da Estrada de Ferro Santos a Jundiaí, em São Paulo, analisando a proposta do Governo Federal de tentar racionalizar o sistema de transportes, basicamente, através de demissões.

No documento, os engenheiros fazem uma série de contrapropostas em relação à política de demissões cegas e sem critérios executada pelo Governo Collor. Lembra que houve um movimento grevista há cerca de quinze dias, que se encerrou exatamente porque se chegou a um acordo entre os trabalhadores da CBTU e da RFFSA, em São Paulo, de que não haveria as demissões. Esse acordo levou ao final da greve, em São Paulo Uma semana depois, o Governo Collor, o mesmo que negociou o final da greve, reafirma a sua intenção de demitir os trabalhadores da Rede Ferroviária Federal, em São Paulo.

A análise que se faz é que as demissões — não sei por que desígnios, intenções ou motivos — recaem sobre os trabalhadores de São Paulo. O percentual de demissões lá é mais alto do que em outros locais, atingindo 37%.

Concluindo, quero protestar contra o comportamento antiético do Governo, que faz um acordo com os trabalhadores no sentido de não haver demissões na Rede Ferroviária Federal de São Paulo e, uma semana depois, volta atrás, dizendo que haverá demissões.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O ORADOR:

À
Câmara dos Deputados
Brasília — DF
Exmºs Srs. Deputados Federais

Os engenheiros ferroviários de São Paulo foram surpreendidos pelas medidas anunciadas a respeito das demissões de pessoal no âmbito da RFFSA e EBTU.

Conscientes da necessidade de adequar o setor ao programa de ajustes econômicos sem prejudicar o crescimento da economia, analisamos propostas alternativas para reduzir despesas.

Entretanto, o rigor dessas primeiras medidas, só permitindo redução de despesas via demissão de pessoal, impossibilita qualquer contra-partida, uma vez que a proposta apresentada compromete a produção, tanto da RFFSA como da CBTU, em São Paulo.

Cabe alertar que o critério adotado para definir os índices de demissão, atribuindo em 37% para a regional São Paulo e de 4% a 8% para outras regionais com produtividade similar, indicam a tendência para enfraquecer a atual estrutura administrativa e operacional sediada em São Paulo.

Deve-se considerar que a malha de bitola larga administrada pela Superintendência Regional-São Paulo destaca-se por se insetir na região de maior expressão econômica do País, caracterizando-se por interligar importantes pólos industriais com uma perspectiva de forte crescimento da demanda de transportes ferroviários.

As linhas da Superintendência Regional — São Paulo constituem-se em importante corredor de exportação com interfaces operacionais com Codesp-Cia, Docas do Estado de São Paulo, Fepasa-Ferrovia Paulista S/A e CBTU-Cia Brasileira de Trens Urbanos, e comerciais com grandes clientes das áreas de siderurgia, agrícola, petroquímica, indústria automobilística e outros.

A necessidade de solução de problemas que envolvem a estratégia de transportes da Região Metropolitana e da Grande São Paulo e da baixada Santista exige que a Rede Ferroviária Federal S/A mantenha, em São Paulo, uma estrutura forte e autônoma cujo poder de decisão permita o entendimento a nível dos mais altos escalões hierárquicos de empresas estatais e clientes que têm suas cúpulas administrativas sediadas na região atendida pela Superintendência Regional — São Paulo.

Colocamo-nos à disposição de Vossa Excelência para esclarecimentos detalhados a respeito do assunto e apelamos para que a classe política paulista se una aos nossos anseios de que o tratamento não adequado desta questão possa tornar a RFFSA-São Paulo inoperante ao invés de saneá-la.

Associação de Engenheiros da Estrada de Ferro Santos a Judiaí:

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Ruy Nedel.

O SR. RUY NEDEL (PSDB — RS. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srªs e Srs. Congressistas, a Comissão Mista de Orçamento, como de praxe, tem sido eficiente e célere em seus trabalhos. Na semana passada, por exemplo, aprovou, com agilidade, a suplementação orçamentária para o Orçamento de 1990, especificamente para que houvesse recursos para pagamento de pessoal do poder público. Foi modificada apenas a parte do projeto do Poder Executivo referente à URO — Unidade de Referência Orçamentária, sendo mantidos todos os valores

Quero, mais uma vez, renovar apelo para o Poder Executivo no sentido de que comece a aplicar os recursos orçamentários nos mais variados setores do País. Sabemos que, em breve, o Poder Executivo enviará a esta Casa um projeto que objetiva reordenar o próprio Orçamento. Seria oportuno que viesse antes do recesso. A Comissão Mista de Orçamento tem sempre presente a necessidade de agilizar os trabalhos, quando se trata de projeto de lei que dispõe sobre questões orçamentárias, mas o Poder Executivo deve iniciar os trabalhos administrativos nos mais variados setores Isso é fundamental porque o Orçamento não é um plano plurianual, mas, para este ano. Já estamos na metade do ano e o estado das rodovias é lamentável. E há problemas de saneamento Os recursos, por exemplo, para saneamento de diversos arroios na Região das Missões são pequenos; estamos sentindo o drama das enchentes e a tragédia que representa para aquele povo sofrido viver desabrigado E mais· logo após as enchentes veio a geada

Precisamos, como país, até para não entrarmos no caos, que as rodoviais sejam conservadas e concluídos os pequenos trechos já iniciados Há necessidade de se aplicar os recursos disponíveis no Orçamento nas áreas da educação e da saúde.

Sr Presidente, Srs. Congressistas, não podemos ficar somente no jogo do mercado de títulos — e este é o trabalho da Ministra da Economia e do Presidente do Banco Central. Precisamos administrar o Orçamento.

É o apelo que deixo do mais profundo do meu ser, para que o Poder Executivo se sensibilize e não corte da malha rodoviária e de outros setores do País essas verbas, pois, do contrário, se destruiria a capacidade de desenvolvimento da nossa sociedade.

O Sr. José Genoíno — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Darei a palavra a V. Exª depois do pronunciamento do nobre Deputado Paulo Paim, que está inscrito.

O Sr. Paulo Paim — Sr. Presidente, cedo a minha vez ao Deputado José Genoíno, uma vez que S. Exª terá de ausentar-se do plenário.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Concedo a palavra ao nobre Deputado José Genoíno.

O SR. JOSÉ GENOÍNO (PT — SP. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, a Casa foi informada de uma iniciativa da Liderança do Governo, que propõe mudança no Regimento Comum do Congresso Nacional Já temos os novos Regimentos da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, e apresentar emendas parciais ao Regimento Comum não é a solução. Isso porque, para nós, é mais importante — e esta a questão de ordem que formulo a V. Exª — é constituir, por iniciativa do Congresso Nacional, uma Comissão de Congressistas para apresentar, num prazo relativamente curto, uma nova proposta de Regimento Comum, adequada aos Regimentos da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, já que as duas Casas, repito, já têm novos Regimentos, a partir da Constituição de 1988.

Sr. Presidente, em vez de cada Deputado apresentar projeto de resolução para alterar um artigo, um parágrafo, uma linha do Regimento Comum — e a Liderança do Governo teria o direito de apresentar sua emenda — seria mais eficaz que a Mesa do Congresso Nacional constituísse uma Comissão de Congressistas, para apresentar uma nova proposta de Regimento Comum, adequando-o ao texto constitucional e ajustando-o ao Regimento da Câmara e do Senado.

Essa é a questão que formulo a V. Exª como sugestão. Não será um trabalho demorado, pois já temos o Regimento da Câmara e do Senado. Seria uma Comissão composta de vários Congressistas para elaborar um no-

vo Regimento Comum, adequando-o às novas necessidades tanto da Constituição como das Lideranças Partidárias do Congresso Nacional. Em vez de ficarmos mudando artigo por artigo, poderíamos fazer um trabalho conjunto.

Essa a sugestão que, humildemente, ofereço a V Exª e à Mesa do Congresso Nacional.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Esclareço a V. Exª que antes do final deste mês será entregue ao Plenário um projeto da revisão do Regimento Comum, que está sendo elaborado pela Mesa do Congresso, a fim de que os Srs. Senadores e Srs. Deputados o discutam amplamente. Ontem, porém, foi enviado à Presidência do Congresso, e lido no expediente, projeto de autoria do nobre Senador Jutahy Magalhães e de vários Srs. Congressistas, com fundamento no art. 128, letra **d**. Não é possível a Mesa deixar de conhecer a existência desse requerimento e, assim, despachou-o exatamente na forma do § 3º do art. 128, que diz:

> "No caso da alínea **b**, recebido o projeto, será encaminhado às Mesas do Senado Federal e da Câmara dos Deputados, para emitirem parecer no prazo de 15 (quinze) dias."

Essa medida foi tomada ontem e o projeto será examinado durante quinze dias pelas Mesas da Câmara e do Senado, vindo depois a Plenário para aprovação. Antes disso, certamente, estará aqui presente o projeto da Mesa do Senado, com a revisão integral de todo o Regimento Comum, adaptado assim à Constituição e aos Regimentos a que V. Exª se refere.

O SR. JOSÉ GENOÍNO — Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (PT — RS. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, em primeiro lugar, gostaria de aproveitar a oportunidade para esclarecer que não fizemos emendas ao plano de carreira dos funcionários da Casa. Estamos estudando a matéria. Se saiu de pauta, não foi por culpa do Deputado Paulo Paim ou do PT.

Em segundo lugar, Sr. Presidente, hoje, na reunião do Colégio de Líderes, voltaremos a questionar o projeto do Deputado Luiz Roberto Ponte, porque entendemos que inviabiliza a reposição do IPC dos meses de março, abril e maio. Se aprovado como está, a proposição será um instrumento para que os tribunais não mais possam dar aos trabalhadores o IPC acumulado, que, com o IPC do mês de junho, já chega à casa dos 200%.

Entendo que o Colégio de Líderes deverá caminhar para outro patamar e especificar, com clareza, a perda que houve com a aplicação do Plano Collor.

Estamos dispostos a um entendimento, inclusive para que essa perda seja paga de forma parcelada.

Era isso, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Bocayuva Cunha. (Pausa.) Ausente.

Concedo a palavra ao nobre Deputado Aloísio Vasconcelos.

O SR. ALOÍSIO VASCONCELOS (PMDB — MG. Sem revisão do orador.) — Sr Presidente, Srªs e Srs. Congressistas, o **Jornal do Brasil** publica hoje nota que considero desagradável para com esta Casa. No momento em que o Congresso vai aos poucos recuperando sua imagem e sua respeitabilidade perante a opinião pública, pelo trabalho, pela seriedade, pelas votações que aqui têm ocorrido, esta nota denigre a imagem do Congresso, na medida em que deixa transparecer que está ocorrendo aqui, mais uma vez, o chamado "trem da alegria".

Não sou favorável a qualquer "trem da alegria", pois não aprovo a adimissão de funcionários sem concurso. Quero deixar claro que a matéria insinua que partidos recém-criados já possuem mais assessores do que propriamente Parlamentares. É preciso que se esclareça isto perante a opinião pública. Se se trata de uma informação falsa, deve ser rebatida, quer pelo Secretário da Câmara, citado nominalmente, meu particular amigo e respeitado Deputado Luiz Henrique, quer pelo Senado.

Outra informação diz respeito a emprego de parentes em gabinetes. Não tenho qualquer parente colocado em gabinete meu, quer no meu particular em Belo Horizonte, quer em São Lourenço, quer aqui, nesta Casa, de maneira que não posso ser atingido por uma notícia cinzenta, pois ela generaliza não particulariza e, por isso, eu a repudio. Tenho bons amigos no **Jornal de Brasília.** Mas a notícia merece ser esclarecida e respondida e, se for o caso, até com documentação do próprio Senado Federal, que V Exª tão brilhantemente preside, e da Câmara dos Deputados, pois é citado o Deputado Luiz Henrique.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Bocacyuva Cunha.

O SR. BOCAYUVA CUNHA (PDT — RJ. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srªs e Srs. Congressistas, quero informar à Casa que — graças inclusive, à intervenção de V. Exª, fazendo cumprir a letra regimental está convocada para a próxima quarta-feira, às 10hs, uma reunião da Comissão Perlamentar Mista de Inquérito, destinada a apurar a crise financeira da Petrobrás. O objetivo fundamental dessa convocação será o exame, pelo plenário da comissão, do convite a ser feito ao presidente da Petrobrás, para que S. Sª explique os critérios que estão sendo usados para a demissão de milhares de funcionários da empresa, inclusive de bolsistas, que, como aqui ontem disse, custaram à União e à Petrobrás 10 ou 15 milhões de dólares. Há divergências quanto a essa cifra, mas de qualquer maneira trata-se de uma quantia enorme.

Pretendo, Sr. Presidente, telefonar para o Presidente da Petrobrás, informá-lo sobre o que se passou e perguntar se estaria de acordo em comparecer, espontaneamente, quarta-feira ou até em outra data para manifestar sua posição. Acredito que o Presidente da Petrobrás terá o maior interesse em esclarecer o assunto Não é possível continuar mantendo inquietos setores que dependam fundamentalmente de petróleo e dessa empresa, como também os próprios funcionários da Petrobrás.

De modo que venho publicamente dizer que esse caso está sendo resolvido e agradecer a interferência de V. Exª, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Antes de conceder a palavra ao nobre Deputado Brandão Monteiro, que falará pela Liderança do PDT, a Presidência quer esclarecer uma notícia divulgada hoje pelo **Jornal do Brasil,** a que acaba de fazer referência o nobre Deputado Aloísio Vasconcelos.

Neste momento não tenho elementos para falar em nome da Câmara dos Deputados, mas, em nome do Senado Federal, esta Presidência deseja prestar alguns esclarecimentos.

Empossada no dia 15 de fevereiro de 1989, a Mesa tomou algumas providências. Cabia ao Presidente indicar um Assessor Técnico e 4 Secretários Parlamentares de sua confiança. A Mesa não indicou qualquer pessoa estranha à Casa e recrutou, entre seus servidores, o Assessor Técnico e os 4 Secretários Parlamentares. Ali encontrou 20 Assessores Técnicos, de livre nomeação. Nos primeiros dias de sua administração, a Mesa demitiu os que existiam e não nomeou nenhum, até hoje. Depois, a Mesa do Senado Federal, que presido, não realizou qualquer nomeação livre.

Após rigorosíssimo e demorado concurso público de provas promovido pela Universidade de Brasília, a que muitos concorreram e poucos passaram, sem qualquer interferência de quem quer que seja, a Mesa nomeou os 25 primeiros colocados nas três categorias: 10 Bibliotecários, 10 Enfermeiros e 5 Tradutores.

Os servidores estáveis somente serão efetivados no Senado Federal através de concurso. Não se pode demiti-los ou confundi-los com os concursados, e para que eles se tornem efetivos é preciso que se submetam a concurso. Nenhum servidor estável, até hoje, foi efetivado no Senado Federal.

A notícia é tão falsa que diz que serão criados duzentos e tantos cargos de Assessor Técnico. Os contratos dos Assessores Técnicos já existiam há vários anos no Senado Federal e eram feitos de tal forma que poderiam parecer cargos estáveis. Daí a nova redação dada na reforma, convertendo esses cargos que — repito — já existem há vários anos em cargos em comissão, demissíveis **ad nutum,** uma vez que não fazem parte do quadro efetivo do Senado. Nascem e morrem com os Senadores. Apenas se está esclarecendo, na reforma, que esses cargos, que são CLT, passam a ser cargos em comissão. Não se cria cargo algum, mas se arfirmou que são

cargos em comissão, para reafirmar que possuem estabilidade, enquanto os Senadores quiserem. O Senado terá, no próximo ano, mais seis Senadores e tem de prever a lotação desses futuros gabinetes, mas não há criação de nenhum cargo nesse estudo que se faz hoje naquela Casa. Devo dizer ainda que, no ano passado, os vencimentos no Senado foram fixados de acordo com os índices atribuídos pelas medidas provisórias do Poder Executivo e, por força de lei, mais precisamente da Resolução nº 92, foram também admitidos pela Câmara.

De modo que a notícia, no que diz respeito ao Senado, e acredito também quanto à Câmara, é absolutamente falsa e lança uma confusão que só é prejudicial ao Parlamento. Espero que o jornal que equivocadamente a publicou dê o mesmo relevo à impugnação que ora é feita. Certamente a Câmara o fará também para dissipar a impressão de que se está criando um novo "trem da alegria" tão numeroso que teria, no Senado Federal, 5.000 cargos, quando este número deve referir-se à lotação inteira do funcionalismo do Senado Federal.

O Sr. Luiz Henrique — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Tem V. Exª a palavra.

O SR. LUIZ HENRIQUE (PMDB — SC. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, peço a palavra exatamente para abordar o assunto que V. Exª acaba de referir.

É incrível que se produzam notícias sem o menor fundamento, procurando fazer com que a opinião pública crie suspeitas ou dúvidas sobre a honorabilidade e a forma criteriosa como vimos exercendo o cargo de 1º Secretário da Câmara dos Deputados.

Sr. Presidente, é preciso dar um basta nisto. Não podemos continuar calados diante de matérias como essa publicada no **Jornal do Brasil.** Entendo que a alta direção daquele jornal, conhecendo a verdadeira face da questão, haverá de fazer uma retificação, inclusive, chamando à responsabilidade o autor da notícia.

Tramita na Câmara dos Deputados um Plano de Cargos e Salários da Casa. Não se cria nenhum cargo, não se promove ninguém, não se cria nenhum "trem da alegria". Os cargos do Quadro Permanente continuam os mesmos, com seus titulares nomeados por concurso. Os cargos do Secretariado Parlamentar, de livre nomeação dos Srs. Deputados, extintos quando estes deixarem os mandatos, continuam os mesmos, sem criação de mais alguns, sem efetivação de ninguém.

Não é possível, Sr. Presidente, que um jornalista coloque na minha boca declarações que não fiz. Ele apenas me perguntou quantos funcionários existem no Quadro Permanente e no Secretariado Parlamentar. Como estava de saída, pedi ao Diretor-Geral que lhe respondesse. Não lhe fiz qualquer declaração. No entanto, ele colocou na minha boca a pior declaração, deixando esta Casa em situação delicada, difícil. É preciso que o jornalista, antes de fazer a matéria conheça os dados a que ela se refere. Ele deveria, antes, ler o Plano de Cargos e Salários, que é mera regulamentação da situação funcional existente na Câmara, uma exigência da Constituição, que cria normas severas para promoção e mantém o concurso público como requisito para admissão.

Sr. Presidente, parabenizo V. Exª por prestar esses esclarecimentos logo no início da sessão.

Estou encaminhando ao Comitê de Imprensa uma nota refutando veementemente a notícia hoje publicada para que a verdade se reponha e para que a opinião pública conheça, efetivamente, o que se passa no quadro funcional da Câmara dos Deputados, sem "trens da alegria", sem nomeações, mas com pontos assinados quatro vezes ao dia pelos servidores do Quadro Permanente. Não há nomeações sendo executadas. Aliás, há muito tempo a Câmara não promove novos concursos. O único que está sendo realizado é para a assessoria, de alto nível, dos Srs. Deputados, cujo quadro ficou minguado pela aposentadoria de uma série de servidores, uma administração de pessoal que se faz criteriosamente. No entanto, uma nota publicada no jornal procura fazer com que a opinião pública pense o contrário.

Sr. Presidente, faço este pronunciamento veemente para que toda a Casa saiba a verdade e para que amanhã, mediante requerimento que vamos fazer, seja publicada matéria no mesmo espaço, com o mesmo destaque, de acordo com a Lei de Imprensa, a fim de repor a verdadeira realidade dos fatos. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — A Mesa se rejubila com a declaração de V. Exª que eu, como Presidente do Senado, não poderia antecipar. Também no Senado Federal não há uma única nomeação, ou contratação, na minha administração nem nas administrações anteriores. Devo fazer justiça às administrações dos Presidentes José Fragelli e Humberto Lucena. Nenhum dos dois, nem o atual, nomeou ou contratou um só funcionário, apenas não pode demitir aqueles declarados estáveis pela Constituição. Tivemos que cumprir a Constituição. Não há, portanto, nenhum trem da alegria em curso. Este é o panorama do Congresso Nacional. A Câmara também acaba de protestar, pelas palavras do seu ilustre Primeiro Secretário. A notícia é inteiramente inverídica. Trata-se de mais uma tentativa de lançar suspeitas ou críticas infundadas sobre o Congresso Nacional.

Espero que o jornal, informado de que estava equivocado, ao acolher as informações do seu apressado correspondente, divulgue amanhã, no mesmo espaço, com as mesmas fotografias, a contestação feita desta tribuna.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Brandão Monteiro.

O SR. BRANDÃO MONTEIRO (PDT — RJ. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas, em nome da Liderança do PDT, solidarizo-me com a Mesa da Câmara dos Deputados, especialmente com o Deputado Luiz Henrique, quando presta esclarecimentos e demonstra a sua indignação diante de fatos não verídicos publicados em jornais.

Penso que fatos como esse ocorrem por culpa do próprio Congresso Nacional, porque, no momento em que deve mostrar sua independência, muitas vezes se queda de joelhos diante de interesses de donos de emissoras de rádio e televisão e de jornais

Aprovamos, nesta Casa, um projeto de resolução que criou o Diário do Congresso. Tal projeto foi para o Senado Federal e lá ele dormita nas gavetas, porque em época eleitoral alguns Parlamentares foram à tribuna com o único propósito de aparecer no **Jornal Nacional,** vergastando aquilo que é necessário, que demonstra a independência do Poder Legislativo, como, aliás, o fizemos no Diário da Constituinte, quando oferecemos à população informações sobre os trabalhos que realizávamos nesta Casa, separando, evidentemente, o joio do trigo.

Estou acostumado, há duas legislaturas, com ataques injustos e indiscriminados ao Congresso Nacional, não só de apresentadores de programas de televisão, que durante a Constituinte chamavam os Parlamentares de vagabundos, como também de notícias insidiosas e inverídicas, publicadas em jornais. Não tomamos providências nesse sentido, não processamos ninguém, apenas protestamos **interna corporis.** Não tivemos a coragem de aprovar o projeto de resolução que cria o Diário do Congresso, para demonstrar à população o que estamos ou não fazendo. Enquanto isso, o Poder Executivo gasta 44 bilhões de cruzeiros ou 500 milhões de dólares, só neste ano, em publicidade — as empresas de rádio, televisão e jornais gostam dessa atitude — pagos pelo contribuinte, para fazer a propaganda do Governo dos "cem dias de ilusão". Aliás, Sr. Presidente, não ia tratar deste assunto no horário de Lideranças. Quero aqui fazer um apelo a todos os patriotas, a todos os brasileiros que fazem parte do Congresso Nacional, sejam representantes da situação, sejam da oposição, do PT ao PRN, do PSD ao PMDB. Uma grande ameaça paira sobre uma das mais gloriosas instituições deste País, que é, inequivocamente, o Banco do Brasil. Esta entidade foi criada em 1908 e, a partir de 1909 estruturou-se neste País, levando, através da sua contribuição, a riqueza a todo o território nacional; empresa modelar, nela só se ingressa mediante aprovação em concurso público, desde os anos de 1909. Agora, a expectativa que temos, Sr. Presidente e Srs. Congressistas, na palavra do Sr. João Santana, todopoderoso Secretário de Administração, que é a da demissão de 14 mil funcionários do Banco do Brasil, o que levaria ao fechamento de 700 agências. O Banco do Brasil é responsável pela criação de várias cidades neste País, entre elas Alta Floresta, que se criaram em função da atuação do Banco do Brasil como agente financiador de crédito rural.

Sempre levou ao pequeno empresário rural a orientação sobre o seu financiamento. O Banco do Brasil é responsável por vários Parlamentares desta Casa; por um conjunto de assessores do Executivo, que serviram a todos os Governos, inclusive a este Governo que aí está

Quero chamar a atenção para o fato de que o Banco do Brasil, após 40 dias do Plano Econômico do Sr. Collor de Mello, já apresentava lucros da ordem de 13 bilhões e 600 milhões de cruzeiros. O Banco do Brasil, no último quadrimestre, apresentou lucros da ordem de 25 bilhões de cruzeiros Há cinco anos não admite nenhum funcionário; e não abre concurso. Essa atitude tem prejudicado sua estrutura, porque teve de recorrer à contratação temporária de pessoas, que trabalham no Banco por dois anos, que não vestem a camisa, que não conhecem a filosofia do banco e que têm prejudicado, em conseqüência, o próprio desempenho do banco

Chamo a atenção dos democratas e liberais para o fato de que o Governo possui, hoje, apenas 26% das ações do Banco do Brasil, como acionista controlador majoritário; 74% do capital está colocado diante da sociedade. E o Governo hoje pretende, pela boca do Sr. João Santana, demitir 13 mil funcionários e fechar 700 agências do Banco do Brasil. Aquela é uma entidade lucrativa, eficiente, que tem sido o caixa do Brasil no exterior pagando, inclusive, parte da dívida externa brasileira.

Quero convocar os patriotas de todos os partidos, os brasileiros que conhecem o trabalho do Banco do Brasil, para, juntos, criarmos um movimento em defesa daquela instituição, como, aliás, o fizemos aqui em 1983, no Governo João Figueiredo, quando se ameaçava o Banco do Brasil e tivemos a oportunidade de daqui sair com um manifesto, apoiado por mais de 100 Parlamentares, em defesa daquela instituição.

Essas são as minhas palavras, Sr. Presidente, Srs e Srs Congressistas, de apreensão e de revolta, mas de esperança, também, no sentimento de brasilidade, não apenas do povo mas deste Parlamento

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Sobre a mesa, comunicação que vai ser lida pelo Sr. 1º Secretário.

É lida a seguinte.

Brasília, 13 de maio de 1990.

Senhor Presidente,

Tenho a honra de dirigir-me a Vossa Excelência, na qualidade de Líder do Partido da Frente Liberal no Senado Federal, para solicitar seja substituído, em virtude de seu afastamento do PFL, o Senador João Menezes pelo Senador Jorge Bornhausen, como membro da Comissão Mista de Orçamento do Congresso Nacional.

Na oportunidade, reitero a Vossa Excelência protestos de elevada consideração e apreço. — Senador **Marco Maciel**, Líder do PFL no Senado Federal.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — A comunicação lida vai à publicação.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Passa-se à

ORDEM DO DIA

Votação, em turno único (apreciação preliminar da admissibilidade quanto aos aspectos de relevância e urgência), da Medida Provisória nº 186, de 23 de maio de 1990, que estabelece as hipóteses nas quais fica suspensa a concessão de medidas liminares, tendo

PARECER, proferido em plenário pelo Senador Cid Sabóia de Carvalho, pela admissibilidade da Medida. (Mens. nº 83/90-CN.)

A discussão da matéria foi encerrada na sessão conjunta realizada ontem às 19 horas e 30 minutos, ficando a sua votação adiada por falta de **quorum.**

Não há **quorum** para deliberação.

A votação fica adiada.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — A Presidência convoca sessão conjunta a realizar-se na próxima terça-feira, dia 19, às 18 horas e 30 minutos.

Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 11 horas e 30 minutos)

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

PREÇO DE ASSINATURA

(Inclusas as despesas de correio via terrestre)

SEÇÃO I (Câmara dos Deputados)

Semestral ..... Cr$ 1.069,00

SEÇÃO II (Senado Federal)

Semestral ..... Cr$ 1.069,00

Os pedidos devem ser acompanhados de cheque pagável em Brasília, Nota de Empenho ou Ordem de Pagamento pela Caixa Econômica Federal — Agência — PS-CEGRAF, conta corrente nº 920001-2, a favor do

CENTRO GRÁFICO DO SENADO FEDERAL

Praça dos Três Poderes — Caixa Postal 1.203 — Brasília — DF
CEP: 70160.

Maiores informações pelos telefones (061) 311-3738 e 311-3728 na Supervisão de Assinaturas e Distribuição de Publicações — Coordenação de Atendimento ao Usuário.

Centro Gráfico do Senado Federal
Caixa Postal 07/1203
Brasília — DF

EDIÇÃO DE HOJE: 8 PÁGINAS